



Num contexto em que a UE tenta dar resposta a crises múltiplas, o Parlamento Europeu conseguiu chegar hoje a acordo sobre as prioridades estratégicas para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2017, o mais próximo de um programa de governo da UE. O Parlamento torna-se a primeira instituição europeia a tomar uma posição clara no contexto do Brexit, apresentando um roteiro com propostas para um novo caminho para a Europa. A resolução estabelece um conjunto de prioridades e

soluções práticas para os desafios comuns que se apresentam, defendendo o que deve ser feito para que as instituições europeias melhorem as condições de vida e de trabalho dos europeus, para reforçar a recuperação económica, para melhorar a segurança, para gerir o fluxo de refugiados, para proteger o ambiente e para tornar a Europa um verdadeiro ator global.

Segundo Maria João Rodrigues, relatora do documento, “é natural que haja algum desalento em relação à maneira como a UE está a ser conduzida, quando muitas regiões continuam a sofrer níveis inaceitáveis de desemprego, pobreza e falta uma perspetiva de futuro para as gerações mais jovens”. A eurodeputada explica que “é necessário restaurar a confiança na capacidade de servir os interesses dos cidadãos, por isso dedicamos grande parte do documento à melhoria das condições de vida das pessoas”. Os socialistas acreditam que “este não é o momento para atacar as instituições da UE ou para transformar a Europa num campo de batalha entre interesses nacionais. Algumas forças conservadoras, como por exemplo na Alemanha, querem enfraquecer o método comunitário, promovendo o confronto entre países”. O documento defende verdadeiras soluções europeias por “não ser realista acreditar que algum país consiga fazer face aos grandes desafios da atualidade através do regresso às fronteiras nacionais”.

No que toca a Portugal e ao debate sobre as sanções, a vice-presidente socialista enalteceu que “a parte mais difícil para se chegar a acordo foi mesmo sobre a zona euro, uma das matérias que mais interessa ao nosso país, em que se defende uma maior convergência económica e social e se conseguiu reconhecer a necessidade de completar união bancária e de um orçamento próprio, para fazer com que de uma vez por todas a União Económica e Monetária pare de funcionar como uma máquina geradora de divergências entre países”.

O Parlamento Europeu espera agora que os líderes nacionais e que as outras instituições europeias sigam este exemplo e apoiem o compromisso alcançado.

Documentação em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+MOTION+P8-RC-2016-0885+0+DOC+PDF+V0//PT>